

JUVENTUDES, UBERIZAÇÃO E INFORMALIDADE:

repercussões educacionais e educação como via de mudança

Marina Batista Chaves Azevedo de Souza *
(UFS, Brasil)

Isabela Aparecida de Oliveira Lussi **
(UFSCar, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v8i13.801>

Resumo: documentos oficiais e pesquisas científicas explicitam que a juventude brasileira pobre se insere em trabalhos informais e uberizados por necessidade, e não por desejo. Este estudo etnográfico proporcionou encontros em profundidade com jovens entregadores de comida na Paraíba/Brasil, durante os anos de 2019 e 2020, utilizando cadernos de campo, questionário socioeconômico e dados audiovisuais. Realizou-se análises de dados descritivas e teóricas, com enquadramento teórico de base materialista histórica. Identificou-se problemáticas sociais e de trabalho, assim como repercussões negativas do trabalho informal/uberizado na educação de jovens. Aponta-se que os serviços responsáveis (ligados aos jovens, à educação e ao trabalho) devem elaborar estratégias intersetoriais de inserção/permanência de jovens na educação e no mercado de trabalho, sempre compreendendo as especificidades das juventudes, a importância da educação e da inserção em trabalhos dignos, seguros e próximos dos desejos dos envolvidos.

Palavras-Chave: Juventude. Trabalho. Trabalho Informal. Uberização do Trabalho. Trabalho e Educação.

* Doutora em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atua como docente do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Sergipe (UFS). É integrante do Conselho Editorial Nacional da Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional (REVISBRATO); é membro da Equipe Fundadora do Observatório Brasileiro de Terapia Ocupacional, Saúde e Trabalho; é membro da Equipe Fundadora da Rede de Terapeutas Ocupacionais Lésbicas; é pesquisadora voluntária do Laboratório de Terapia Ocupacional e Saúde Mental da UFSCar e do Observatório da Precarização do Trabalho e da Reestruturação Produtiva. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0704-0534>, E-mail: marinabs91@hotmail.com

** Doutora em Ciências (Enfermagem Psiquiátrica) pela Universidade de São Paulo (USP), com Pós-Doutorado pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal. Atua como docente do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional; é membro do Núcleo de Estudos Multidisciplinar e Integrado, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol/UFSCar). Como terapeuta ocupacional, atua na área de saúde mental. Fazem parte de suas experiências de intervenção, ensino e pesquisa: saúde mental, reabilitação psicossocial, inclusão social pelo trabalho de pessoas em desvantagem social, economia solidária, cooperativas sociais, tecnologias sociais, emancipação social e processos de trabalho. Foi Coordenadora do Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) e Chefe do Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar por três mandatos. Atualmente é Diretora Adjunta do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da UFSCar. Em 2021, foi finalista do Prêmio Jabuti pela organização do livro "Engajamento e reflexão transversal em economia solidária", publicado pela EDUFScar em 2021. Atualmente é Bolsista Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora DT-ID do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3632-5539>, E-mail: bellussi@ufscar.br

YOUTH, UBERIZATION AND INFORMALITY: educational repercussions and education as a path of change

Abstract: official documents and surveys make it clear that poor Brazilian youth engage in informal and uberized jobs out of necessity, not desire. This ethnographic study provided in-depth meetings with young food delivery people in Paraíba/Brazil, during the years 2019 and 2020, using field notebooks, socioeconomic questionnaire, and audiovisual data. Descriptive and theoretical data analyzes were performed. Social and work problems were identified, as well as negative repercussions of informal/uberized work in the education of young people. It is pointed out that the responsible services (related to young people, education, and work) must develop intersectoral strategies for the insertion/permanence of young people in education and in the job market, always understanding the specificities of youth, the importance of education and insertion in dignified, safe, and close to the wishes of those involved.

Keywords: Youth. Job. Informal Work. Work Uberization. Work and Education.

JÓVENES, UBERIZACIÓN E INFORMALIDAD: repercusiones educativas y la educación como ruta de cambio

Resumen: documentos oficiales e investigaciones científicas dejan en claro que los jóvenes brasileños pobres se involucran en trabajos informales y uberizados por necesidad, no por deseo. Este estudio etnográfico proporcionó encuentros en profundidad con jóvenes repartidores de alimentos en Paraíba/Brasil, durante los años 2019 y 2020, utilizando cuadernos de campo, cuestionario socioeconómico y datos audiovisuales. Se realizaron análisis de datos descriptivos y teóricos, con un marco teórico basado en el materialismo histórico. Se identificaron problemas sociales y laborales, así como repercusiones negativas del trabajo informal/uberizado en la educación de los jóvenes. Se señala que los servicios responsables (vinculados a jóvenes, educación y trabajo) deben desarrollar estrategias intersectoriales para la inserción/permanencia de los jóvenes en la educación y en el mercado laboral, siempre entendiendo las especificidades de los jóvenes, la importancia de la educación e inserción en trabajos dignos, seguros y cercanos a los deseos de los involucrados.

Palabras clave: Juventud. Empleo. Empleo Informal. Uberización del Trabajo. Trabajo y Educación.

Introdução

No Brasil, as taxas de informalidade atingiram números inéditos na história do país no ano de 2019, chegando a corresponder à 41,4% da força total de trabalho (Silveira; Alvarenga, 2020). Na região da América Latina e do Caribe, por exemplo, de cada dez empregos de jovens, seis são informais (OIT, 2020). No Brasil, são considerados jovens perante a lei, aqueles indivíduos de 15 a 29 anos (Brasil, 2013). Brasileiros de 15 a 17 anos são os mais inseridos em trabalhos informais. Logo após, se encontram os jovens de 18 a 24 anos, seguidos dos jovens de 25 a 29 anos (OIT, 2016).

O trabalho informal é normalmente relacionado com alguns aspectos, como: (a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprios dos recursos; (c)

pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado. Grande parte dos trabalhos informais são extremamente precários, instáveis, fornecem baixos salários e são escassos de direitos e de proteção social (OIT, 2016).

A precarização foi por muito tempo associada apenas ao trabalho sem vínculos empregatícios formalizados. Considerando a atualidade, a precarização do trabalho existe em trabalhos com diversos tipos de contratos, exercidos por sujeitos de diferentes perfis socioeconômicos (Castel, 1998). Atualmente o conceito de precarização pode ser aplicado a qualquer trabalho que coloque em risco os trabalhadores que o executam, e que evidenciem a questão da exploração do homem pelo trabalho, embora pessoas que vivenciem situação de pobreza estejam mais suscetíveis (Castel, 1998; Linhart, 2014; Vargas, 2016).

O último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstrou que o perfil dos brasileiros que vivem em situação de “extrema pobreza” é caracterizado por: jovens, negros ou pardos, mulheres, e que residem nas regiões Norte ou Nordeste do país. A experiência de uma vida em “situação de pobreza”, “extrema pobreza” ou “pobreza multidimensional” pode ser determinante para vivências específicas no mundo do trabalho (IBGE, 2011).

Todavia, características como raça, gênero, escolaridade e precocidade, mostram que a realidade de vida e de trabalho dos jovens que vivem no Nordeste do país, é ainda mais específica. Os jovens nordestinos possuem menor escolaridade e são em grande parte pessoas não brancas, fatores que quando não impedem ou dificultam a inserção no mercado de trabalho, dificultam a permanência ou tornam mais violentas as experiências. Jovens que vivem no Nordeste brasileiro também são, com mais frequência, chefes de família e têm maiores responsabilidades financeiras (Neves; Gonçalves; Lima, 2015a. e 2015b).

O estado da Paraíba ocupa a 21ª posição com relação ao ranking nacional de analfabetismo e a 11ª posição no ranking nacional do trabalho precoce/infantil. Acerca do trabalho informal, a Paraíba é o sexto estado com maior número de trabalhadores informalizados do país (INEP, 2000). A alta escolaridade se apresenta, em vários relatórios estatísticos, como uma das grandes facilitadoras da inserção de jovens em atividades de trabalho formais e dignas. As populações com alto índice de analfabetismo estão consequentemente mais suscetíveis à realização de trabalhos precários e desregulamentados (OIT, 2016; Dias; Araújo, 2018; IBGE, 2017).

O trabalho oferecido por plataformas digitais é um exemplo de trabalho atual desregulamentado com alta adesão por grande parte dos jovens negros e periféricos, principalmente porque essa população costuma se engajar por meio da tecnologia, enfrenta a pobreza e o desemprego. A quantidade de jovens inseridos nessas atividades vem crescendo expressivamente desde o ano de 2014 (Abílio, 2019).

Compreendendo as problemáticas explicitadas, esse artigo teve como objetivo analisar e discutir sobre a inserção de jovens em trabalhos desregulamentados e precarizados, como o trabalho uberizado, identificando as implicações desse trabalho especificamente no âmbito da educação e propondo reflexões para a transformação.

Os estudos sobre juventude vêm compreendendo-a de duas grandes formas. A primeira entende a juventude como um comportamento ou conjunto social que está ligado a uma determinada fase da vida, ou faixa etária, e que assim sendo, apresenta um padrão ou uma "cultura juvenil" presente em um grupo geracional determinado por uma idade. A segunda entende a juventude a partir de categorias da vida social, indicando que existem diferenças na juventude a depender de classes sociais, interesses e oportunidades de trabalho (Pais, 1990).

Para auxiliar na compreensão da diversidade da juventude, ou das "juventudes", Guerreiro e Abrantes (2005) se utilizam de categorias da vida social para explicar as diversas possibilidades de juventude, ou como chamaremos aqui, de "juventudes". A origem social tem um papel crucial na definição do padrão de transição que é vivenciado pelo jovem e tem ligação direta com a inserção e permanência no mercado de trabalho.

Primeiramente, têm-se o padrão de transição profissional, orientado principalmente para o trabalho, em que jovem se dedica a inserção no mundo do trabalho, com um investimento quase exclusivo nesse aspecto. O lazer ou a constituição de uma família, são adiados para o futuro, após a inserção profissional estável. Com as dificuldades de estabilidade impostas pelo mercado de trabalho, os jovens, que geralmente têm escolaridade alta, acabam adiando muitos desejos, permanecendo em geral na casa dos pais até uma idade tardia.

O segundo padrão descrito é o de transição lúdica. Nesse, o jovem, de classes média e alta, tem como prioridade o lazer, optando por se divertir com amigos sem grandes responsabilidades profissionais. Os jovens permanecem por longos períodos na casa dos pais, em um estado de semi-dependência, inserindo-se em atividades de trabalho precárias e/ou temporárias para sanar desejos pessoais eventuais e passageiros, sem a necessidade de grandes compromissos.

A transição experimental representa aquela trajetória em que o jovem consegue optar por vivenciar diversas experiências, antes de "assentar" no que realmente acha apropriado para a sua vida profissional. Com relação às transições progressivas, essas são aquelas que estão relacionadas às trajetórias lineares de juventude, ou seja, àquelas em que os jovens se programam para realizar todo seu aprendizado por meio da educação formal, para gradualmente se inserirem no mercado de trabalho. As transições lineares são também transições privilegiadas.

Sobre as classes sociais desfavorecidas, a tipologia coloca três tipos de transições para esse grupo. A primeira transição citada é a transição precoce. Nela, o jovem geralmente sai do estado de dependência e da moradia na casa dos familiares, para a vida conjugal com filhos que nasceram de forma desejada ou indesejada, o que implica em responsabilidades. Normalmente esses jovens tiveram uma juventude com poucas oportunidades de lazer e necessidade de entrar no mercado de trabalho precocemente.

A transição precária é aquela que oferece possibilidades de escolha muito reduzidas aos jovens. Nestas transições, estes se expõem constantemente a situações difíceis. Os jovens inclusos nas transições precárias são aqueles que fazem parte da grande massa de trabalhadores, principalmente em países em desenvolvimento, que têm baixa escolaridade e grandes dificuldades de inserção em trabalhos dignos, normalmente sem nenhum apoio de capital da família, precisando adaptar-se constantemente a adversidades que surgem.

O último padrão, que se refere às transições desestruturantes, inclui os jovens que devido ao pertencimento a classes desfavorecidas, os longos períodos de desemprego e as necessidades de consumo, acabam vivenciando experiências de “marginalidade” social por meio da realização de atividades consideradas ilegais ou de alto riscos. O jovem vivencia uma forte exclusão social neste padrão, que é justificada principalmente pela ausência de auxílio, recursos, oportunidades e projetos.

Sendo assim, indica-se que existe um perfil de pessoas em situação de extrema desvantagem no mercado de trabalho, que possivelmente podem estar vinculados à informalidade por falta de opção e necessidade de sobrevivência, e não por desejo ou porque necessariamente concebem vantagens nessa atividade em detrimento de outras.

É importante dizer que a uberização do trabalho é um processo mais amplo do que a implantação da Uber e do que o trabalho através de plataformas digitais ou empresas plataforma. Atualmente o número de empresas que trabalham na mesma lógica é alto, e, além disso, a terceirização do trabalho e o trabalho intermitente seguem lógicas similares ao capitalismo de plataforma. Trata-se, sobretudo, de uma tendência em expansão e que vai variando suas estratégias de captação, controle e de burla à legislação trabalhista (Abílio, 2020).

De maneira desonesta, as empresas justificam que é o próprio trabalhador que contrata seus serviços de mediação, e não o contrário. Considerando que as atividades de trabalho no capitalismo de plataforma não detêm vínculos de trabalho que favorecem o trabalhador no sentido de fornecimento de direitos de proteção social, essas atividades são entendidas aqui como trabalho informal. É importante dizer que quando se define o trabalho uberizado como trabalho informal, a intenção é denunciar os problemas existentes na disseminação dessa lógica, e não de descaracterizar o nítido vínculo existente entre trabalhadores e empresas. Acredita-se que esses vínculos não venham sendo reconhecidos oportunamente (Abílio, 2020). Além disso, as empresas vinculam-se fortemente às ações dos governos neoliberais, apoiam lideranças favoráveis à permanência de suas atividades, e obviamente, devido a sua grande influência econômica e capacidade financeira de defender-se judicialmente, têm uma vantagem importante sobre os trabalhadores nos processos que ocorrem contra elas.

Algumas características possibilitam refletir que, de fato, usuários cadastrados em plataformas são trabalhadores assalariados disfarçados, embora não tenham direito às benefícios dos assalariados. Especialistas explicitam alguns fatores que subsidiam o argumento de que os trabalhadores não são autônomos e que as empresas exercem rígido controle sobre suas atividades o que, portanto, deveria gerar responsabilidade legal dessas empresas com esses trabalhadores, algo que não acontece (Esquerda Diário, 2020).

Os muitos fatores relacionados ao estabelecimento dos vínculos podem ser citados: as empresas determinam quem irá trabalhar para elas; as empresas delimitam o que será feito (entregas); as empresas que definem qual trabalhador irá realizar cada serviço; as empresas não permitem que os trabalhadores façam a captação de clientes por eles próprios; o sistema de notas que os clientes dão, é um instrumento para decisão de quem irá trabalhar, algo que fica sempre a cargo das empresas; as empresas que delimitam como as atividades serão efetuadas (trajeto, estado do veículo, comportamento dos trabalhadores); as empresas dispõem de rígidos protocolos de como as entregas e o trabalho dos entregadores devem funcionar; são as empresas que determinam o prazo para a execução

do serviço; são as empresas que estabelecem, de modo unilateral, os valores dos serviços; as empresas propositalmente criam um banco de trabalhadores disponíveis e aumentam a competitividade dentro das plataformas que têm o nítido interesse de enfraquecer o poder de barganha dos trabalhadores; os trabalhadores arcam com um conjunto de custos, como os das motos ou bicicletas, e contraem dívidas; as empresas determinam como os trabalhadores podem se comunicar com elas; as empresas pressionam os trabalhadores a serem assíduos e não negarem o serviço demandado, o que acarreta em bloqueio da plataforma; as empresas fazem uso de incentivo para que os trabalhadores exerçam o trabalho de forma mais prolongada; as empresas podem dispensar o trabalhador a qualquer momento sem justificativa e sem aviso prévio, algo que é utilizado como um mecanismo de coerção e disciplinamento que está disposto nos “termos de uso” assinados por trabalhadores (Esquerda Diário, 2020).

O trabalho através da mediação de plataformas digitais sob comando de empresas como a Uber e muitas outras, vem sendo apresentado, no mundo e no Brasil, como oportunidade de emprego fácil, como solução ao desemprego, como trabalho “livre de compromissos”, e como chance de empreender. Todavia, há de se mencionar as fragilidades jurídicas diante dos vários riscos envolvidos em realizar trabalhos desregulamentados e desprovidos de proteção social.

Percurso metodológico

Este artigo é oriundo de uma tese de doutorado que iniciou em março de 2018 e foi concluída em dezembro de 2020¹. A tese é um estudo etnográfico, que teve como objetivo compreender a realidade de trabalho de jovens que realizam diferentes atividades informais ou desregulamentadas, e identificar impactos desses trabalhos nas diferentes dimensões da vida (saúde, lazer, educação, relações sociais).

Assim, este estudo trata-se de um recorte da referida pesquisa, com enfoque especificamente nas repercussões do trabalho uberizado na educação de jovens entregadores de comida por aplicativo. Ressalta-se que projeto de tese que gerou os dados para esse artigo, foi submetido ao CEP da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que deu parecer favorável a realização da pesquisa de campo e a aprovação do projeto pode ser comprovada através do Certificado de apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de número 08620819.3.0000.5504.

O presente estudo foi desenvolvido a partir do referencial teórico metodológico da etnografia. Entre outros elementos, os etnógrafos se preocupam sobretudo com: a vida cotidiana, as experiências humanas, as rotinas das pessoas e os contextos políticos, econômicos e sociais nos quais essas pessoas estão inseridas. Foi utilizada a observação participante, que não se trata de um método de pesquisa ou de uma técnica, e sim de uma postura comportamental utilizada pelo etnógrafo (Angrosino, 2009).

Sobre o enquadramento metodológico, no que se refere a abordagem utilizada e ao tipo de estudo, trata-se de um estudo qualitativo, analítico e de campo. Os ambientes da

¹ Este trabalho é parte integrante de Tese de doutorado, defendida em dezembro de 2020 no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (PPGTO UFSCar).

pesquisa foram as ruas, local onde os entregadores uberizados executam suas atividades produtivas. As observações em espaços públicos, são um campo característico nas pesquisas etnográficas. A existência de uma etnografia urbana, também derivada dos estudos da antropologia urbana e inclusa no campo das observações em espaços públicos, permite analisar os espaços urbanos a partir de uma perspectiva que nomeia como “de perto e de dentro”. Essa perspectiva tem o objetivo de compreender atividades e comportamentos de atores sociais diversos e heterogêneos, mas entendendo que esses sujeitos e atividades estão fortemente vinculados à paisagem da cidade e são dependentes de seus espaços ou equipamentos (Magnani, 2009).

O campo ocorreu na cidade de João Pessoa/PB, entre fevereiro 2019 e março de 2020, em uma típica praça da capital, conhecida também pelas aglomerações de entregadores uberizados. Como critérios de inclusão para a participação nos encontros em profundidade, foi estabelecido: trabalhar para alguma empresa-plataforma relacionada a entrega de comida, comparecer no local de pesquisa no mínimo uma vez ao dia, e assinar o termo de consentimento. Como critério de exclusão têm-se: ter 30 anos de idade ou mais. Os participantes diretos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e frequentaram os encontros em profundidade.

Para a produção dos dados, além do caderno de anotações, também foi utilizado um questionário de identificação com dados pessoais, econômicos e de trabalho, além de entrevistas não estruturadas e dados audiovisuais. Ressalta-se que os nomes dos participantes expostos nos resultados são todos fictícios e que a quantidade de trabalhadores no local era bem superior a seis.

Os encontros, observações e entrevistas ocorreram durante o turno da noite, por, no mínimo, uma vez em cada dia da semana incluindo o sábado e o domingo, durante três meses consecutivos. A jornada da noite foi identificada pelos próprios entregadores como a mais intensa. Além disso, o local que eles se encontram no turno da noite (que é diferente do turno da manhã e tarde), a praça, possibilitava uma maior e mais “confortável” aglomeração de trabalhadores nos encontros, por conter mais espaço para descanso entre as entregas, como bancos.

As análises dos dados provenientes de estudos etnográficos podem ser descritivas (identificação de quais temas emergem da observação participante) ou teóricas (quais as possíveis inferências dos temas, com o quadro teórico adotado) (Flick, 2009). O processo de organização dos dados foi realizado da seguinte maneira: a) elaboração dos índices: todos os dados foram primeiramente lidos e analisados integralmente e diversas vezes, sendo, assim, possível separá-los por “índices”. Denominamos como “índices”, as grandes divisões dos dados provenientes de todos os instrumentos utilizados. Os índices são, literalmente, a separação dos dados por grandes “assuntos”. Esses assuntos são determinados de acordo com a frequência e a importância dos dados para a resposta à questão e objetivos da pesquisa. B) Elaboração dos títulos e subtítulos: os dados de cada índice foram transferidos para um arquivo digital e separados por temas e subtemas inclusos em cada assunto. C) Elaboração do texto: os dados de cada tema e subtema compõem os resultados, e foram articulados ao enquadramento teórico da pesquisa.

Resultados

De acordo com os dados expostos no Quadro 1, constatou-se um intervalo de idade de 19-29 anos, entre os jovens, e uma renda média mensal de 1.750 reais. A maioria dos jovens participantes era solteiro, sem filhos, com residência em bairros periféricos de João Pessoa e com ensino médio concluído.

Com relação aos dados sobre trabalho, a maioria dos jovens trabalha para a empresa pela plataforma *Ifood*, está nessa atividade há 1 ano, e trabalha cerca de 12 horas por dia. Já com relação aos trabalhos executados simultaneamente ao trabalho de entregador, as repostas foram diversas. Enquanto três deles não trabalhavam em outras atividades, os outros exerciam trabalhos de eletricista, garçom, e conferente de estoque em uma indústria. Sobre as atividades anteriores, apenas um deles não havia trabalhado antes. As atividades citadas foram: serviços de refrigeração, agente de limpeza, instalador de segurança eletrônica, jovem aprendiz e estagiário de um banco privado.

Quadro 1: resultados do levantamento

Nomes (fictícios)	Aplicativos	Tempo	Horas de trabalho/dia	Outro trabalho	Trabalho anterior
Carlos	<i>Ifood, Rappi</i>	1 ano	12 h	Não	Serviços de refrigeração
Daniel	<i>Ifood</i>	1 ano	12 h	Não	Agente de limpeza
Marcos	<i>Ifood, Uber, Rappi</i>	1 ano	8 h	Eletricista	Instalador de segurança eletrônica
Felipe	<i>Ifood, Uber, Rappi</i>	9 meses	12 h e 30 min	Conferente em empresa	Não
Valter	<i>Ifood</i>	6 meses	11 h	Não	Jovem Aprendiz
Antônio	<i>Ifood</i>	1 ano	9 h	Garçom	Estagiário de banco

Acerca da remuneração da atividade de entregador, muitas vezes citada como vantagem sobre as atividades de trabalho que realizavam anteriormente, o discurso dos jovens demonstra que a remuneração continua sendo insuficiente para cumprir com as obrigações financeiras. Os jovens citaram dívidas relacionadas à manutenção do próprio trabalho. O parcelamento do pagamento de motocicletas, pneus, celulares e até mesmo de gasolina, de acordo com os jovens são alguns dos materiais responsáveis por suas dívidas, e que são instrumentos de trabalho aos quais as empresas não têm nenhuma responsabilidade.

Sobre as repercussões do trabalho uberizado na educação, foi possível perceber, através das observações e entrevistas, que a necessidade de resolver as questões financeiras, complementar a renda familiar, pagar suas próprias contas e fazer “andar a vida” (*sic*), quando somadas à falta de tempo e disposição para estudar para processos seletivos de entrada no ensino superior; para os concursos públicos que exigem o ensino médio completo; ou até mesmo para realizar cursos técnicos em áreas diversas; segundo os trabalhadores participantes, são aspectos que justificam a inserção deles em atividades de trabalho precarizadas, seja de entregador em empresas plataforma ou não.

Nos encontros em profundidade dessa pesquisa, a questão da educação formal e particularmente do ensino superior, era sempre motivo de curiosidade e de piadas depreciativas entre os jovens. Era comum, por exemplo, que eles perguntassem sobre o processo educacional das pesquisadoras, quais os cursos são necessários para ser um pesquisador e a quantidade de anos que isso demandava. Quando respondido, era normal que os jovens reagissem com expressões de espanto como “Caramba!”. Ainda sobre as curiosidades que os trabalhadores expressavam sobre o tempo de estudo, um deles se aproxima e pergunta: “Quantos anos de faculdade são? 10 anos?” Perguntou, Daniel, impressionado. “Ela quer vencer na vida, não é você não. Por isso que você não tem o ensino médio.”, disse Carlos, um exemplo das piadas depreciativas sobre o assunto (Diálogos com os entregadores, Cadernos de anotações 04, 2020).

Também era comum que dois deles, especialmente Antônio, sempre se lamentasse da falta de tempo para trabalhar e estudar simultaneamente, já que as contas fixas não permitem que estudem em detrimento de trabalhar. “Tu entrou (no curso) com quantos anos?” Me perguntou Antônio. Respondi 18 anos. “Eu queria estudar, mas tem que pagar as contas...” (Diálogos com entregadores, Cadernos de anotações 04, 2020). “Eu as vezes trabalho com o meu pai, de pedreiro, desde os meus 14 anos. Estou tentando estudar para concurso, mas morar sozinho é ruim porque você quer estudar, mas só pensa nas contas.”, mencionou um outro trabalhador (Diálogos com entregadores, Cadernos de anotações 04, 2020).

As conversas também eram sobre os editais de concurso para ensino médio, aos quais alguns deles demonstravam interesse de fazer. “Vai ter concurso né?”, perguntou um deles. “Vai, tem um monte de edital de vaga, eu vi, mas a pessoa não tem tempo pra estudar”, respondeu outro jovem. “Pois é, vou pagar pra errar tudo?”. Ainda sobre a questão das curiosidades dos trabalhadores voltadas ao funcionamento do ensino superior, um deles se aproxima e pergunta: “É o dia todo assim, escrevendo? Não tenho paciência mais não.” (Diálogos entre entregadores, Cadernos de anotações 04, 2020)

Discussão

A morfologia do trabalho é complexa, fragmentada, heterogênea, tem clivagens de gênero, raça e etnia, elementos que reforçam a divisão sociosexual, racial e étnica do trabalho no capitalismo, e que acarretam desafios no momento de propor e construir ações concretas, representações e até mesmo organizações sindicais (Antunes, 2012). Estudiosos do tema, como Abílio (2020), apontam a alta inserção nesses trabalhos e as altas jornadas de trabalho exercidas por parte de jovens periféricos, homens e não brancos, assim como mostra a presente pesquisa.

Dessa forma, constata-se que, em regime CLT ou não, e até mesmo quando estão inseridos em programas que buscam iniciar os jovens no mercado de trabalho – a exemplo do Programa Jovem Aprendiz – os jovens com as características explicitadas estão inseridos em atividades com baixa remuneração, desvalorizadas socialmente e precarizadas. A precarização das atividades citadas pode estar vinculada às condições objetivas, a exemplo das dificuldades e desafios relacionados à execução material da tarefa (meios, instrumentos); ou às questões subjetivas (falta de reconhecimento e valorização, excessivo controle e falta de consideração às suas opiniões, por exemplo) (Vargas, 2016).

Diante da comum precarização das atividades de trabalho oferecidas aos jovens, a banalização do ruim acontece. Tal precarização abre espaço para a existência de trabalhos que, ainda que sejam precarizados e ofereçam riscos, podem ter uma ou duas características mais atrativas. É diante dessa realidade que as empresas responsáveis pelos aplicativos, cada dia mais, investem na propaganda referente às suas “oportunidades” de trabalho. O discurso que coloca o entregador como autônomo e livre, à primeira vista parece atrativo àqueles jovens desempregados; aos que vivenciam outras situações de trabalho problemáticas; e aos que estão em busca do primeiro emprego ou de melhores perspectivas salariais e de futuro. Em trajetórias de vida precoces, precárias e desestruturantes, segundo, há um grande impeditivo para trabalhar com aquilo que escolheu. Nessas trajetórias há muito mais a urgência de inserção em qualquer atividade que proporcione os meios de sobrevivência no capitalismo (Souza, 2020).

Acerca das questões educacionais, percebe-se, nos discursos dos jovens, que existe certa valorização da educação formal, sobretudo do ensino superior. Tal valorização pode estar pautada no fato de que essa poderia possibilitar inserções mais dignas e lucrativas no mercado de trabalho. Porém, pode estar muito vinculada ao que Bourdieu nomeia de “relevância especial” em uma sociedade que valoriza um capital cultural muito específico (Silva, 1995).

O conceito de capital cultural de Bourdieu, vincula a ideia de cultura à um tipo de capital (Silva, 1995). Considerando que os jovens almejam a continuidade dos estudos formais, a estabilidade financeira e a entrada em empregos por meio de concurso público, compreende-se que a educação formal vem sendo visualizada por esses jovens como mecanismo de mudança socioeconômica, mas também de valorização social. A classe operária, mesmo que não se dedique e não disponha de meios para isso, percebe algo de especial em ter um diploma. Os jovens participantes não têm muitas expectativas de conseguirem tempo para estudar e trabalhar, mas ainda assim, admiram àqueles que o fazem, independentemente das diferenças entre as suas condições e trajetórias de vida, embotadas de oportunidades (ou falta delas).

Muito da valorização do ensino formal tradicional, está atrelada a existência de uma cultura burguesa, que valoriza o “credenciamento”, estando as demais classes, fadadas a copiarem esse modelo na esperança de um dia alcançarem uma realidade melhor, algo que nem sempre acontece, pois, embora nas diretrizes do ensino formal, no Brasil, esteja colocada a importância de proporcionar uma formação crítica e cidadã para a inserção no mercado de trabalho, há de se considerar que no Brasil dos anos 2020 não se tem a garantia de que um diploma obrigatoriamente irá proporcionar um emprego formal, digno, ou valorizado. O próprio mercado de trabalho valoriza um capital cultural específico, que continua sendo o capital cultural da classe burguesa (Rothen, 2012).

Desta maneira, mesmo que na prática os diplomas não garantam a certeza da inserção no mercado de trabalho ou de empregos dignos e bem remunerados, eles aproximam, mesmo que temporariamente, as classes desfavorecidas de alguns símbolos que a classe burguesa sempre valorizou historicamente, e que, devido a isso, fornecem maior *status* e prestígio social. Esse prestígio é crucial para diminuir as experiências de exclusão e o atrelamento do jovem trabalhador informal, negro, nordestino e periférico, aos estereótipos de preguiçosos, criminosos ou perigosos, algo comum em sociedades que funcionam ancoradas no modo de produção capitalista e que estão sempre (re)inventando meios para criar um grande abismo entre classes.

Está, desta forma, explicado, porque existe a valorização do jovem estudante em detrimento do jovem trabalhador. Ainda que o jovem do ensino superior esteja vinculado à criminalidade, por exemplo, a sociedade pode ignorar o caso (considerando, porém, as clivagens de raça), porque esse está mais próximo da cultura e dos papéis construídos e estabelecidos como da classe burguesa.

As piadas depreciativas dos jovens trabalhadores com eles mesmos, que muitas vezes os colocam na situação de incapazes, demonstram a naturalidade com que vem sendo tratada a falta de acesso desses jovens, ao ensino superior, ou até mesmo a descrença desses de que algum dia esse acesso será possível. A falta de tempo e de disposição física e mental para se dedicarem aos processos de entrada, é encarada por eles como uma realidade que dificilmente será transformada, uma vez que as contas a serem pagas não deixarão de existir, sobretudo porque os trabalhos em empresas plataforma demandam investimento financeiro do próprio trabalhador para continuar existindo (compra e manutenção de motos, celulares, internet móvel e outros equipamentos).

Mundialmente o ensino superior foi delineado para a inserção e a perpetuação de uma classe burguesa que deseja se aprofundar em conhecimentos destinados aos que se chama de intelectuais. Mesmo com a adesão das Universidades brasileiras às políticas de ações afirmativas, o Mapa do Ensino Superior divulgado em 2020, demonstra que o mesmo modelo vem sendo perpetuado. O modelo de universidade desenhado pelo Conselho Federal de Educação fundamentou-se em uma concepção elitista (Rothen, 2012).

Atualmente, o ensino médio profissionalizante e o ensino técnico, que há décadas eram vistos como modelos que não transmitem “cultura no seu mais alto nível”, são colocados atualmente por dirigentes de elite como sendo vantajosos, atrativos e adequados aos jovens, por se tratar de uma educação mais curta, rápida, e focada na especialização para o mercado de trabalho. O maior problema é que esses modelos, desde suas concepções, estão focados na perpetuação da classe operária e na criação de mão de

obra especializada barata, e não na formação crítica que proporcionaria o entendimento da raiz das exclusões e segmentações de classes sociais (Souza, 2020; Rothen, 2012).

A propaganda desse tipo de ensino dissemina a ideia de que sua rapidez e especialização para o mercado de trabalho é algo que os jovens devem almejar e que proporciona rápidos retornos financeiros. Essas propagandas também fazem parte do rol de tentativas de evitar a entrada e o interesse de classes desfavorecidas pelo ensino superior tradicional, fazendo crescer o abismo cultural entre as classes, colocando cada uma em seu lugar e trabalhando na naturalização dessa relação. As curiosidades dos jovens com relação à formação das pesquisadoras no campo, e a ideia de que o esforço delas foi maior do que o deles e a naturalidade com que diziam que essa era uma realidade distante sem realizar qualquer crítica à essa questão, diz muito do sucesso da construção de um ensino superior tradicional para a elite.

Percebe-se que a inserção e a permanência no ensino superior, para os jovens trabalhadores participantes, é parte de um capital cultural que embora almejado, já não é mais apresentado em seus discursos como algo próximo da realidade. Talvez a única crítica desses trabalhadores sobre essa questão, seja a eles próprios, que parecem se arrepender de “não terem tentado o suficiente”. Parece que a eles resta aceitar essa diferença, investir financeiramente na manutenção do trabalho, pensar em cursos profissionalizantes para aumentar a renda (como o mencionado curso MOPP) e em maneiras menos sofridas de quitar as contas fixas.

Considerações finais e notas para avançar

Como já explicitado, a realização do que aqui se chama de trabalhos informais ou desregulamentados, incluindo o trabalho em empresas plataforma (resultado da disseminação do modelo flexível de produção, da revolução tecnológica, e da racionalidade/políticas neoliberais), acarretam consequências nos diferentes âmbitos da vida dos trabalhadores e implicam a precarização da vida, algo que demanda por cuidado/atenção integral aos trabalhadores em diversos âmbitos, incluindo o físico, mental, das relações sociais e educacionais. Neste estudo, foram realizadas reflexões especificamente sobre jovens uberizados nordestinos, e sobre o âmbito educacional.

A pesquisa auxiliou a identificar que a inserção nesses trabalhos é fruto da vivência de trajetórias de vidas precárias e da falta de oportunidades de ascensão social. Em se tratando de juventude – grupo muito propenso a sofrer com a ausência de direitos e com a falta de oportunidades no mercado de trabalho – as análises e discussões aqui apresentadas mostraram que, para a população estudada, a permanência no trabalho nas plataformas digitais foi justificada pela necessidade de sobrevivência, e de escapar de outros tipos de trabalho informais que são ainda menos valorizados socialmente e menos remunerados. Para além disso, esse tipo de trabalho gera novos investimentos, e fazem os trabalhadores permanecerem devido a necessidade de pagar o próprio trabalho.

A juventude, sendo uma fase de transição para a vida adulta, é um importante momento para pensar a inserção no mercado de trabalho, a permanência nele e as perspectivas de futuro. Devido a isso, é imprescindível que os dirigentes responsáveis pelo bem-estar dos jovens, se atentem às atividades de trabalho dessa população. Pensar no

cuidado destinado aos trabalhadores informais jovens é, necessariamente, pensar em dispositivos de apoio à juventude que vêm dedicando atenção (ou que devido às suas atribuições deveriam estar atentos) aos direitos dos jovens e preocupando-se com sua inserção e permanência no trabalho. Assim, é necessário que os órgãos competentes invistam em ações com foco na compreensão das necessidades dos trabalhadores jovens a partir da escuta ao próprio jovem.

Aponta-se a importância do fortalecimento, fiscalização, aprimoramento e/ou elaboração de leis, políticas, programas, projetos e outros tipos de ações, que tenham o objetivo de pressionar os dirigentes do país a garantirem o acesso dos jovens à educação e, consequentemente, ao trabalho dignamente remunerado e com acesso a direitos trabalhistas. É necessário fazer cumprir a responsabilidade social das empresas bem como fiscalizar atividades de educação e de trabalho de programas nacionais, estaduais e municipais já existentes, como o Programa Jovem Aprendiz.

Embora no âmbito da Política Nacional de Juventude (PNJ) os programas voltados ao trabalho sejam escassos, alguns programas nacionais de juventude no âmbito da educação e da Política Nacional da Juventude podem ser mencionados: PROEJA, PROUNI, Projovem Campo, Projovem Urbano e Pronaf Jovem, Projeto Rondon, Programa Escola Aberta, Segundo Tempo, Juventude e Meio Ambiente, SPE e PSE. Todavia, é fundamental que observações e pesquisas de avaliação das atividades desses programas sejam desenvolvidas pelos responsáveis por fazer valer a aplicação das políticas sociais a favor das juventudes e garantir os seus direitos.

Esses programas educacionais e de trabalho devem ser acompanhados por parte dos agentes implementadores das políticas sociais e dos responsáveis por dispositivos que fornecem suporte às juventudes, de forma que sejam analisados os desejos dos jovens, confrontando-os com os cursos que vêm sendo oferecidos e com as possibilidades reais de inserções dignas no mercado de trabalho. A simples existência de programas de inserção no trabalho para jovens, de capacitações profissionais ou até mesmo a ampliação da escolaridade, não garantem a diminuição das desigualdades e ampliação das oportunidades para todas as juventudes.

Ainda, a partir da compreensão da juventude como público potente para a promoção e articulação de mudanças sociais, as práticas profissionais de cuidado devem, além de estar articuladas às políticas sociais voltadas à juventude, trabalho, emprego e educação, incentivar a articulação coletiva dos jovens e propiciar acesso à informação. Qualquer ação estratégica deve ser realizada a partir da compreensão de que os diversos grupos populacionais têm características, particularidades, órgãos de suporte e políticas sociais diferentes e específicas, que devem ser acionadas e fortalecidas, no sentido de proporcionar uma atenção que considere as individualidades dos trabalhadores, mas que também compreenda suas características coletivas ou intergrupos.

Foi perceptível que as empresas plataformas apostam na necessidade de sobrevivência dos jovens e oferecem atividades desregulamentadas e, consequentemente, precarizadas, ainda que nitidamente se possa constatar vínculo de trabalho (um vínculo propositalmente mascarado de autonomia e permeado por um discurso econômico liberal). A existência de trajetórias de vida desestruturantes e a inserção em trabalhos desregulamentados e

uberizados acarretam o que se denominou aqui como precarização da vida, que implica uma gama de impactos na relação dos jovens, a exemplo da sua relação com a educação.

Desta forma, os dirigentes federais, estaduais e municipais que vivenciam os serviços responsáveis por dar suporte aos jovens brasileiros, devem fiscalizar, aprimorar e elaborar ações de incentivo à educação e à inserção em trabalhos dignos, pautando-as nos desejos e necessidades dos próprios jovens, e investindo, por meio dessas, na disseminação da informação sobre o mundo do trabalho, no processo de conscientização e participação social dos trabalhadores jovens inseridos no modo de produção capitalista, considerando suas particularidades sociais, favorecendo a construção da identidade, o exercício da sociabilidade desses sujeitos e uma perspectiva de futuro orientada para o bem-estar.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Coshek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: A era do nanoempreendedor de si? In: Encontro da ANPOCS, 43ª edição, Caxambu, 2019. Portal Das Ciências Sociais Brasileiras, 2019.

ANGROSINO, Michel. **Etnografia e observação participante**. 1ª ed. São Paulo: Artmed, 2009.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil. Reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 9, s/n, s/p., 2012.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Brasília: Editora da Secretaria Nacional de Juventude; 2013.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes; 1998.

DIAS, Júnior César; ARAÚJO, Guilherme Silva. **O trabalho infantil no Brasil**: uma leitura a partir da Pnad Contínua. 2018. Disponível em: <[https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/O Trabalho Infantil no Brasil - uma leitura a partir da Pnad Cont%C3%ADnua 2016.pdf](https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/O%20Trabalho%20Infantil%20no%20Brasil%20-%20uma%20leitura%20a%20partir%20da%20Pnad%20Cont%C3%ADnua%202016.pdf)> Acesso em: 2 abr., 2020.

ESQUERDA DIÁRIO. **Sávio Cavalcante professor da Unicamp professor da Unicamp, reflete sobre vínculo empregatício nos apps**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IZ4u65ehC6I>> Acesso em: 2 abr., 2020.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. 1ª ed. São Paulo: Artmed, 2009.

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES. Pedro. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. **RBCS**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 158-212, 2005.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília: Editora IBGE, 2011.

IBGE. **IBGE Cidades:** Paraíba/João Pessoa. Brasília: Editora IBGE, 2017.

INEP. **Ministério da Educação – Mapa do Analfabetismo no Brasil.** 1ª ed. Brasília: Editora INEP, 2000.

LINHART, Danièle. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014. pp. 45-54.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **RBCS.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2009.

NEVES, Mateus Carvalho Reis; GONÇALVES, Marcos Falcão; LIMA, João Eustáquio. Empregabilidade dos jovens no Nordeste: fatores de influência. **Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 61-81, 2015a.

NEVES, Mateus Carvalho Reis; GONÇALVES, Marcos Falcão; LIMA, João Eustáquio. Mundos distintos e realidades semelhantes: empregabilidade dos jovens no Nordeste e Sudeste brasileiros. **Revista bras. Es. Pop**, Salvador, v. 32, n. 2, p. 335-356, 2015b.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **OIT Brasília – Trabalho Infantil.** Brasília: Editora OIT, 2016.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Desemprego aumentou de forma abrupta na América Latina e no Caribe.** 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_537928/lang--pt/index.htm
Acesso em: 2 abr, 2020.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 15, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

ROTHEN, José Carlos. A universidade de elite ou para todos? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n. 37, p. 109-122, 2012.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Paraná, v. 1, n. 2, p. 24-36, 1995.

SILVEIRA, Daniel; ALVARENGA, Daniel. **Trabalho informal avança para 41,3% da população ocupada e atinge nível recorde, diz IBGE.** Portal G1. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/30/trabalho-informal-avanca-para-413percent-da-populacao-ocupada-e-atinge-nivel-recorde-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 2 abr.,2020.

SOUZA, Marina Batista Chaves Azevedo. **Juventudes trabalhadoras, uberização e precarização da vida:** contribuições para o campo do trabalho e da Terapia Ocupacional (Doutorado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. TRABALHO, EMPREGO, PRECARIÉDADE: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 313-331, 2016.

Submetido em: 19/07/2023

Aprovado em: 17/08/2023

Publicado em: 26/12/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)